

2021 PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão

Documentos de
Prestação de Contas



ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	2
INTRODUÇÃO	3
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	7
2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	8
3. ATIVIDADE CONSOLIDADA	9
3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO	9
3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	13
4. ANEXOS	15

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 -ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.	5
QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA	7
QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA.....	8
QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 – ATIVO	10
QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO	11
QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 –PASSIVO	12
QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2021	13

INTRODUÇÃO

Em relação à Consolidação de Contas, em cumprimento do disposto no nº2 do artigo 76º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.

O nº4 do artigo 52º da Lei nº98/97, de 26 de agosto, estabelece na sua atual redação, que *“As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho.”*

O Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro, prevê que as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só esse instrumento permite conhecer a sua verdadeira situação económico financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

O exercício de 2021, é o terceiro exercício no qual o Município da Louçã apresenta Contas Consolidadas. No exercício de 2019, as contas foram apresentadas segundo o normativo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, no exercício de 2020 e 2021, o normativo utilizado é o SNC-AP.

Os interesses em outras entidades são regulados, de acordo com o SNC-AP, pelas seguintes normas:

- **Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas:** O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;

- **NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;

- **NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos:** O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos

conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- **NCP 24 – Acordos Conjuntos:** O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- **NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras;**
- **NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio;**
- **NCP 18 – Instrumentos Financeiros;**
- **NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas;**
- **EC – Estrutura Conceptual.**

O Município da Louçã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que “devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município ...”.

O artigo 7.º do Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- *Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);*

- *Perímetro consolidação de natureza financeira (NCP 22).*

Assim, as Demonstrações Consolidadas Orçamentais e Financeiras consubstanciam-se em perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação consolidada.

Os diferentes perímetros podem apresentar-se da seguinte forma:

Perímetro de Consolidação Orçamental da Administração Local	Perímetro de Consolidação Financeira da Administração Local
Conjunto das entidades incluídas no subsetor da administração local nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC2010 ¹	Entidades controladas pela administração local (aplicação da NCP 22)

QUADRO 1 - ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.

Desta forma, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, os municípios apresentam os mapas orçamentais para o perímetro orçamental e os mapas financeiros para o perímetro de controlo (financeiro).

Os documentos de prestação de contas consolidadas, do perímetro da consolidação financeira, compreendem a apresentação de um relatório de gestão e das seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados (por natureza) consolidada;
- Demonstração das alterações de património líquido consolidada;
- Demonstração de fluxos de caixa consolidada;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.

Os documentos do perímetro de consolidação orçamental são:

- Demonstração consolidada do desempenho orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Da análise efetuada à informação disponível sobre a consolidação da **parte orçamental**, que praticamente é apenas a que consta no SNC-AP, que serve para todas as entidades que aplicam este normativo, e pelos considerandos a seguir descritos, é entendimento não estarem reunidas

¹ Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais - SEC disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=456019385&att_display=n&att_download=y

as condições para que no ano de 2021, como já aconteceu no ano de 2020, não se proceda a esta consolidação:

- Dada a especificidade da administração local para a qual, por norma, e em situações similares, são emanadas orientações, principalmente por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (e no caso em concreto, eventualmente também pela Comissão de Normalização Contabilística), que permitam adequar à realidade autárquica determinados processos, até ao momento não foram divulgadas normas/orientações/entendimentos sobre esta matéria;
- Tendo em conta a relevante complexidade do processo foram solicitados pelo Município, vários esclarecimentos, sobre várias dúvidas que persistem, junto daquela Direção Geral, que até ao momento não foram prestados; e
- Foi ouvido o Revisor Oficial de Contas do Município que partilha da opinião do Município.

Neste sentido, o Município irá apenas apresentar **consolidação financeira**, tendo as demonstrações financeiras consolidadas sido preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas no §14 da NC1 e a Nota Explicativa do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) designada como “Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2014”, datada de maio de 2015.

Na reunião do Executivo de 6 de junho de 2022 foi aprovado o Manual de Consolidação previsto no §25 na NCP 26, que refere que *“a entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, designadamente o manual de consolidação e o dossiê de consolidação”*, que serve instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do Município.

O presente documento encontra-se estruturado em três capítulos, a saber:

1. Perímetro de consolidação, onde são apresentadas as entidades detidas ou participadas alvo de consolidação;
2. Método de consolidação, onde se analisa o método de consolidação adequado às participações ou detenções do Município;
3. Análise da Situação Económica e Financeira, onde se analisa o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação.

No caso do Município da Louçã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

Desta forma, e face ao exposto, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Louçã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação:

Entidade	NIPC	Sede	% de participação	Tipo de entidade
Município da Louçã	501 121 528	Rua Dr. João Santos, 3200-236 Louçã	-	Entidade-mãe
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	515 515 507	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local

QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA

2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre a entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem influência significativa	Outras entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor

QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA

Na consolidação de contas do Município da Louçã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o **Método de Equivalência Patrimonial**. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

3. ATIVIDADE CONSOLIDADA

Para a análise da situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foram utilizados os dados de 2020 e 2021, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço, na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística. E este normativo em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado aos 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como as obras para as quais a APIN recebeu as transferências não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação. No exercício de 2020, foi somente tido em consideração o descrito no Sistema de Normalização Contabilística, por isso, em 2021 já se acautelou esta questão.

Desta forma o lançamento de ajustamento seria o seguinte:

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios
Capital Obtidos com Condições

10 029 773,40

5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de
ativos depreciáveis/amortizáveis

10 029 773,40

3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO

O quadro a seguir apresentado contém a estrutura do ativo e a sua evolução do ano de 2020 para 2021:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	58 820 280,09	52 279 394,60	6 540 885,49	12,51%
Propriedade de Investimentos	88 951,04	89 937,62	-986,58	-1,10%
Ativos Intangíveis	29 909,00	89 442,43	-59 533,43	-66,56%
Participações Financeiras	1 002 180,46	1 711 586,20	-709 405,74	-41,45%
Diferimentos	3 788,66	9 574,56	-5 785,90	-60,43%
	59 945 109,25	54 179 935,41	5 765 173,84	10,64%
Ativo Corrente				
Inventários	143 534,98	171 610,14	-28 075,16	-16,36%
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis	0,00	1 539,13	-1 539,13	-100,00%
Clientes, Contribuintes e Utentes	48 092,09	59 466,07	-11 373,98	-19,13%
Estado e Outros Entes Públicos	41 324,42	50 551,27	-9 226,85	-18,25%
Outras Contas a Receber	3 065 259,99	2 922 988,83	142 271,16	4,87%
Diferimentos	56 074,55	51 866,08	4 208,47	8,11%
Caixa/Depósitos Bancários	1 586 646,74	1 170 239,39	416 407,35	35,58%
	4 940 932,77	4 428 260,91	512 671,86	11,58%
Total do Ativo	64 886 042,02	58 608 196,32	6 277 845,70	10,71%

QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 – ATIVO

No exercício de 2021, é possível verificar que o Ativo totaliza 64.886.042,02 €, e é constituído maioritariamente pelos ativos não correntes (com um peso de 92,39% do total do ativo). De referir que na categoria denominada Ativo está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica de **Participações Financeiras** com base na percentagem de participação ou detenção do Município da Lousã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

O ativo registou um aumento de 10,71%, de 2020 para 2021, correspondente a um acréscimo de 6.277.845,70 €, justificado pelo aumento de 12,51% nos Ativos Fixos Tangíveis. Nas restantes rubricas que compõem o Ativo Não Corrente, verificou-se uma tendência contrária, na medida em que, no exercício de 2021 face ao anterior houve um decréscimo de valores, nomeadamente,

nas Participações Financeiras onde se efetuou os ajustamentos correspondem aos valores constantes no balanço da participada ajustados à participação de 18,39% que o Município da Louçã detém, onde se verificou uma diminuição de 41,45%.

Face ao Património Líquido podemos verificar que:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Capital Próprio				
Património /Capital	48 390 681,86	48 390 681,86	0,00	0,00%
Resultados Transitados	-1 155 027,16	-7 515 015,15	6 359 987,99	-84,63%
Ajustamentos em Ativos Financeiros	91 609,77	482 726,99	-391 117,22	-81,02%
Outras Variações no Capital Próprio	14 737 005,81	13 126 314,49	1 610 691,32	12,27%
Resultado Líquido do Exercício	-1 123 421,43	-1 300 863,86	177 442,43	-13,64%
Total do Património Líquido	60 940 848,85	53 183 844,33	7 757 004,52	14,59%

QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O Património Líquido consiste principalmente no património/capital, no valor de 48.390.681,86 €, seguido das outras variações no património líquido que contempla as transferências e subsídios recebidos para a aquisição de ativos depreciables (sem condições ao abrigo do que dispõe a NCP 14 do SNC-AP), ou com condições que depois de cumpridas deixam de ser contabilizadas no Passivo e passaram a ser contabilizadas no Património Líquido. Mais é de referir que nos ajustamentos em ativos financeiros e no resultado líquido do exercício, constam os ajustamentos efetuados à participação do Município da Louçã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

Do exercício de 2020 para o exercício de 2021, houve um incremento de aproximadamente 15,00% no total do Património Líquido, justificado pelas Outras Variações no Capital Próprio que registou um acréscimo de 1.610.691,32 €.

No Balanço Consolidado, o Passivo apresenta a seguinte evolução:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Passivo Não Corrente				
Provisões	64 473,84	64 473,84	0,00	0,00%
Financiamentos Obtidos	1 663 323,75	1 744 074,01	-80 750,26	-4,63%
Outras Contas a Pagar	362 008,21	437 409,70	-75 401,49	-17,24%
	2 089 805,80	2 245 957,55	-156 151,75	-6,95%
Passivo Corrente				
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos	12 197,08	56 768,45	-44 571,37	-78,51%
Fornecedores	391 277,09	472 644,59	-81 367,50	-17,22%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	2 600,00	0,00	2 600,00	-
Estado e Outros Entes Públicos	101 104,33	111 505,78	-10 401,45	-9,33%
Financiamentos Obtidos	463 764,54	538 936,75	-75 172,21	-13,95%
Fornecedores de Investimentos	124 609,57	10 875,45	113 734,12	1045,79%
Outras Contas a Pagar	627 522,72	552 937,90	74 584,82	13,49%
Diferimentos	132 312,04	1 434 725,52	-1 302 413,48	-90,78%
	1 855 387,37	3 178 394,44	-1 323 007,07	-41,63%
Total do Passivo	3 945 193,17	5 424 351,99	-1 479 158,82	-27,27%

QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2021 –PASSIVO

No exercício de 2021 face ao exercício anterior, houve uma diminuição de 27,27% no total do Passivo, representando uma diminuição de 1.479.158, 82 €. Para este decréscimo as rubricas que mais contribuíram foram: os Diferimentos com -1.302.413,48 €; os Financiamentos Obtidos, independentemente da sua exigibilidade, com -155.922,47 €; os Fornecedores Conta Corrente com -81.367,50 €. Já os Fornecedores de Investimentos e as Outras Contas a Pagar, cresceram respetivamente, 113.734,12 € e 74.584,82 €.

Na estrutura do Passivo, verifica-se que o Passivo Não Corrente tem um peso de 52,97% e o Passivo Corrente de 47,03%.

3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A Demonstração de Resultados Consolidada possibilita complementar o Balanço Consolidado indicando a natureza dos diversos gastos e perdas e rendimentos e ganhos.

A evolução dos Rendimentos e Gastos, no período de 2020 e 2021, foi a seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2021/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	3 736 752,92	3 468 153,59	268 599,33	7,74%
Vendas	242,25	67 063,26	-66 821,01	-99,64%
Prestações de serviços e concessões	247 053,13	253 181,28	-6 128,15	-2,42%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-293 899,77	39 955,14	-333 854,91	-835,57%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 065 765,86	5 620 204,89	445 560,97	7,93%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-211 753,15	-236 737,49	24 984,34	-10,55%
Fornecimentos e serviços externos	-3 641 884,72	-3 228 886,59	-412 998,13	12,79%
Gastos com pessoal	-3 943 624,78	-4 008 810,46	65 185,68	-1,63%
Transferências e subsídios concedidos	-2 125 984,69	-1 841 512,64	-284 472,05	15,45%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9 258,69	-37 880,27	28 621,58	-75,56%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	24 493,85	-24 493,85	-100,00%
Outros rendimentos	2 110 330,32	1 941 232,51	169 097,81	8,71%
Outros gastos	-138 018,03	-231 510,80	93 492,77	-40,38%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 795 720,65	1 828 946,27	-33 225,62	-1,82%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 902 707,88	-3 115 711,04	213 003,16	-6,84%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 106 987,23	-1 286 764,77	179 777,54	-13,97%
Juros e rendimentos similares obtidos	31,13	4 684,95	-4 653,82	-99,34%
Juros e gastos similares suportados	-16 465,33	-18 784,04	2 318,71	-12,34%
Resultado antes de impostos	-1 123 421,43	-1 300 863,86	177 442,43	-13,64%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do exercício	-1 123 421,43	-1 300 863,86	177 442,43	-13,64%
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00	0,00	0,00	-
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	-
	-1 123 421,43	-1 300 863,86	177 442,43	-13,64%

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2021

A demonstração de resultados coloca em evidência os resultados alcançados através do confronto dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas ocorridos ao longo do ano de 2021.

Comparando o exercício de 2020 com o exercício de 2021, verifica-se que os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento registaram um decréscimo de 33.225,62 €, os resultados operacionais registaram um melhor desempenho em 179.777,54 € e, no resultado líquido do exercício também se repercutiu a melhoria verificada nos resultados anteriores, visto que, foi menos negativo em 177.442,43 €.

Na Demonstração de Resultados Consolidada através da Conta - Gastos Imputados de Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos está refletido o impacto proveniente do ajustamento efetuado à participação do Município da Louçã por conta do Resultado Líquido do Exercício da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um acréscimo de 7,74%, face ao ano anterior. As Transferências e Subsídios Obtidos também registaram um incremento de 7,93%, tendo havido um aumento de 445.560,97 €.

Os Outros Rendimentos, de 2020 para 2021, aumentaram cerca de 6,52%, já que, com a consolidação, no exercício de 2020, verificou-se um acréscimo de 39.955,14 €, na conta 7851- Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Com tendência contrária, isto é, que registaram uma diminuição de valores de 2020 para 2021, foram, nomeadamente, as Vendas; as Prestações de Serviços e Concessões; as Reversões e os Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares.

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 284.472,05 €, de 2020 para 2021, e nos Fornecimentos e Serviços Externos o incremento foi de 12,79%, representando um aumento de 412.998,13 €.

No processo de consolidação, há a registar o acréscimo da rubrica 68 - Outros Gastos, devido ao impacto do movimento na conta 6852 – Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no ano de 2021, no valor de 293.899,77 €.

Todas as restantes rubricas de Gastos e Perdas, registaram diminuições em 2021, face ao ano anterior, nomeadamente, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (-

10,55%); os Gastos Com o Pessoal (-1,63%); os Gastos de Depreciações e de Amortização (-6,84%); as Perdas Por Imparidade (-76,37%), e os Gastos Por Juros e Outros Encargos (-12,34%).

4. ANEXOS

ANEXO I - BALANÇO CONSOLIDADO

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ANEXO III - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

ANEXO V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



ANEXO I

Balanço Consolidado

Município da Lousã

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	2/5	58 820 280,09	52 279 394,60
Propriedade de Investimentos	2/8	88 951,04	89 937,62
Ativos Intangíveis	2/3	29 909,00	89 442,43
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Participações Financeiras	2/18	1 002 180,46	1 711 586,20
Accionistas /Sócios		0,00	0,00
Diferimentos		3 788,66	9 574,56
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Cientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
		59 945 109,25	54 179 935,41
Ativo Corrente			
Inventários	2/10	143 534,98	171 610,14
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis		0,00	1 539,13
Devedores por Transferências e Subsídios Reembolsáveis		0,00	0,00
Cientes, Contribuintes e Utentes	9	48 092,09	59 466,07
Estado e Outros Entes Públicos		41 324,42	50 551,27
Accionistas /Sócios/ Associados		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		3 065 259,99	2 922 988,83
Diferimentos		56 074,55	51 866,08
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		0,00	0,00
Caixa/Depósitos Bancários	1.3	1 586 646,74	1 170 239,39
		4 940 932,77	4 428 260,91
Total do Ativo		64 886 042,02	58 608 196,32
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Capital Próprio			
Património /Capital		48 390 681,86	48 390 681,86
Acções (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Resultados Transitados		-1 155 027,16	-7 515 015,15
Ajustamentos em Ativos Financeiros		91 609,77	482 726,99
Excedentes de Revalorização			0,00
Outras Variações no Capital Próprio	2	14 737 005,81	13 126 314,49
Resultado Líquido do Exercício		-1 123 421,43	-1 300 863,86
Dividendos Antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		60 940 848,85	53 183 844,33
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	64 473,84	64 473,84
Financiamentos Obtidos	2/6/7	1 663 323,75	1 744 074,01
Responsabilidade por Benefícios Pós - Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		362 008,21	437 409,70
		2 089 805,80	2 245 957,55
Passivo Corrente			
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos		12 197,08	56 768,45
Fornecedores		391 277,09	472 644,59
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes		2 600,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		101 104,33	111 505,78
Accionistas/Sócios/ Accociados		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	2/6/7	463 764,54	538 936,75
Fornecedores de Investimentos		124 609,57	10 875,45
Outras Contas a Pagar		627 522,72	552 937,90
Diferimentos	2	132 312,04	1 434 725,52
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
		1 855 387,37	3 178 394,44
Total do Passivo		3 945 193,17	5 424 351,99
Total do Património Líquido e Passivo		64 886 042,02	58 608 196,32



ANEXO II

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Município da Lousã

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13/14	3 736 752,92	3 468 153,59
Vendas	13	242,25	67 063,26
Prestações de serviços e concessões	13	247 053,13	253 181,28
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-293 899,77	39 955,14
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	6 065 765,86	5 620 204,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-211 753,15	-236 737,49
Fornecimentos e serviços externos		-3 641 884,72	-3 228 886,59
Gastos com pessoal		-3 943 624,78	-4 008 810,46
Transferências e subsídios concedidos		-2 125 984,69	-1 841 512,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6/7	-9 258,69	-37 880,27
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00	24 493,85
Outros rendimentos	13	2 110 330,32	1 941 232,51
Outros gastos		-138 018,03	-231 510,80
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 795 720,65	1 828 946,27
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 902 707,88	-3 115 711,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 106 987,23	-1 286 764,77
Juros e rendimentos similares obtidos		31,13	4 684,95
Juros e gastos similares suportados	7	-16 465,33	-18 784,04
Resultado antes de impostos		-1 123 421,43	-1 300 863,86
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		-1 123 421,43	-1 300 863,86
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		-1 123 421,43	-1 300 863,86



ANEXO III

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada

ANO: 2021

Município da Lousã

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- € -	7 515 015,15 €	482 726,99 €	- €	13 126 314,49 € -	1 300 863,86 €	53 183 844,33 €	- €	53 183 844,33 €
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 201 685,48 €	-482 726,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 718 958,49 €	0,00 €	10 718 958,49 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 596 946,32 €	0,00 €	1 596 946,32 €	0,00 €	1 596 946,32 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 516 444,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 516 444,88 €	0,00 €	-3 516 444,88 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 325 252,61 €	91 609,77 €	0,00 €	13 745,00 €	1 300 863,86 €	80 966,02 €	0,00 €	80 966,02 €
	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 359 987,99 €	-391 117,22 €	0,00 €	1 610 691,32 €	1 300 863,86 €	8 880 425,95 €	0,00 €	8 880 425,95 €
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 123 421,43 €	-1 123 421,43 €	0,00 €	-1 123 421,43 €
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										177 442,43 €	7 757 004,52 €	0,00 €	7 757 004,52 €
		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Operações com detentores de capital no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	1 155 027,16 €	91 609,77 €	- €	14 737 005,81 € -	1 123 421,43 €	60 940 848,85 €	- €	60 940 848,85 €



ANEXO IV

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado

Município da Lousã

Rubricas	Notas	Período	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		302 473,43 €	526 693,08 €
Recebimentos de contribuintes		3 491 787,71 €	3 350 881,07 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 131 128,14 €	4 585 606,65 €
Recebimentos de utentes		- €	56 120,88 €
Pagamentos a fornecedores		- 3 694 144,45 €	- 4 056 003,30 €
Pagamentos ao pessoal		- 2 658 266,95 €	- 2 630 743,69 €
Pagamentos a contribuintes / Utes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 1 816 412,20 €	- 378 042,07 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa Gerada pelas Operações		1 756 565,68 €	1 454 512,62 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos		368 823,37 €	1 839 576,81 €
Outros pagamentos		- 3 137 311,24 €	- 6 132 405,07 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		- 1 011 922,19 €	- 2 838 315,64 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 415 860,94 €	- 145 236,67 €
Ativos intangíveis		- 8 733,00 €	- €
Propriedades de investimento		- €	45,51 €
Investimentos financeiros		- €	427 506,35 €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		49 319,63 €	43 075,00 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		884 615,78 €	515 864,79 €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		321 353,39 €	1 464 231,80 €
Transferências de capital		726 041,00 €	1 157 001,66 €
Juros e rendimentos similares		43,84 €	31,13 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		1 556 779,70 €	2 607 415,85 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		382 919,18 €	564 796,80 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 501 379,23 €	- 1 368,35 €
Juros e gastos similares		- 9 990,11 €	- 12 797,80 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)		- 128 450,16 €	550 630,65 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		416 407,35 €	319 730,86 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 170 239,39 €	850 508,53 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 586 646,74 €	1 170 239,39 €

Município da Lousã

Rubricas	Notas	Período	
		31/12/2021	31/12/2020
Conciliação Entre Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 170 239,39 €	850 508,53 €
- Equivalentes a caixa no início do período		- 441 459,64 €	- 401 934,17 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		441 459,64 €	401 934,17 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
= Saldo da gerência Anterior		1 170 242,39 €	850 508,53 €
De operações Orçamentais		727 789,53 €	378 199,48 €
De operações de Tesouraria		442 452,86 €	472 309,05 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 586 646,74 €	1 586 646,74 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		- 366 922,74 €	- 441 459,64 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		366 922,74 €	441 459,64 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
= Saldo da gerência Seguinte		1 586 646,74 €	1 170 239,39 €
De execução orçamental		1 218 890,51 €	727 786,53 €
De operações de tesouraria		367 756,23 €	442 452,86 €



ANEXO V

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS DE POCAL PARA SNC-AP

O exercício de 2020 foi um ano de viragem, na medida em que, foi marcado pela implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), de modo a que, este fosse consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e com as normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), para que, as administrações públicas pudessem adotar um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

Com a alteração do normativo foi feito um trabalho preparatório, para que, a aplicação do novo normativo fosse feita da forma mais correta. No entanto, o contexto em que foi feito, a falta de recursos humanos e toda a dificuldade inerente à análise dos imóveis do Município, foi feita a análise às infraestruturas e foram feitas as alterações necessárias à aplicação das devidas Reclassificações tendo por base o Classificador Complementar 2 (CC2).

No entanto, existiu um conjunto de infraestruturas em que esse trabalho foi efetuado durante o exercício de 2021, mas apesar de ser feito em 2021 foi recuperada a informação no sistema como se tivesse sido efetuada em 2020.

Desta forma, como houve recuperação de trabalho que era devido pela transição, **foi utilizada a conta 564 – Ajustamentos de Transição para o SNC – AP**, pela atualização dos pressupostos exigidos pelo Classificador Complementar 2 (CC2).

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada

ANO: 2021

Município da Louçã

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	7 515 015,15 €	482 726,99 €	- €	13 126 314,49 €	1 300 863,86 €	53 183 844,33 €	- €	53 183 844,33 €
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 201 685,48 €	-482 726,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 718 958,49 €	0,00 €	10 718 958,49 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 596 946,32 €	0,00 €	1 596 946,32 €	0,00 €	1 596 946,32 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 516 444,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 516 444,88 €	0,00 €	-3 516 444,88 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 325 252,61 €	91 609,77 €	0,00 €	13 745,00 €	1 300 863,86 €	80 966,02 €	0,00 €	80 966,02 €
	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 359 987,99 €	-391 117,22 €	0,00 €	1 610 691,32 €	1 300 863,86 €	8 880 425,95 €	0,00 €	8 880 425,95 €
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 123 421,43 €	-1 123 421,43 €	0,00 €	-1 123 421,43 €
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										177 442,43 €	7 757 004,52 €	0,00 €	7 757 004,52 €
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição fim período	(6)=(4)+(2)+(3)+(5)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	1 155 027,16 €	91 609,77 €	- €	14 737 005,81 €	1 123 421,43 €	60 940 848,85 €	- €	60 940 848,85 €

Assim, o Município da Louçã procedeu à continuidade da atualização das vidas úteis dos bens de acordo com o CC2, tendo sido reconhecidos os lançamentos na conta 564 - Ajustamentos de Transição para o SNC-AP, verificando-se assim, que a conta 564 no exercício de 2021 foi movimentada em 3.783.481,66€ (total dos débitos) e 11.468.722,26€ (total dos créditos) passando assim do saldo devedor inicial de 625.221,41€ para o saldo credor de 7.060.019,19€ a 31/12/2021, fazendo que a rubrica de Resultados transitados tenha uma variação de 6.344.421,60€.

Do processo de consolidação houve a necessidade de seguir em ambas as entidades as mesmas políticas contabilísticas e seguir o mencionado no normativo contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública, acautelando esta situação no exercício de 2021, visto que, em 2020 não foi tido em consideração. Assim, da consolidação há a salientar os Ajustamentos em Ativos Financeiros e no Resultado Líquido do Exercício de 2021 na **Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada**.

Distinção dos ajustamentos na 564 - Ajustamentos de Transição para o SNC – AP, que são correções de erros cometidos em períodos anteriores.

O Município da Louçã na alteração de normativo, efetuou correção de um erro cometido em períodos anteriores, em relação a uma ficha de um terreno que por lapso foi mal valorizado. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Património Líquido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2021

1 – Identificação das Entidades do Perímetro de Consolidação, Período de Relato, Referencial Contabilístico

1.1 – Identificação das Entidades de Consolidação

DENOMINAÇÃO	SEDE	% CAPITAL DETIDO	TIPO DE ENTIDADE	FUNDAMENTAÇÃO DA INCLUSÃO
MUNICÍPIO DA LOUSÃ	Rua Dr. João Santos - Lousa	-	Entidade - mãe	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local	nº 6- do artigo 75.º da Lei 73/ 2013 de 3 de setembro

1.2 – Período de Relato

As demonstrações financeiras têm como período de relato o período de 01.01.2021 a 31.12.2021.

1.3 – Referencial Contabilístico

No exercício de 2021, as demonstrações financeiras do Município da Louçã foram preparadas tendo por base os registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Em relação às **Derrogações de disposições do SNC-AP**, no decorrer do exercício, não existiram casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Analisando a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes, verificamos que:

Conta	Euros	
	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	559,92 €	1 780,95 €
Depósitos à Ordem	1 219 164,08 €	726 998,80 €
Depósitos Bancários à Ordem	1 219 164,08 €	726 998,80 €
Depósitos a Prazo	- €	- €
Depósitos Consignados	- €	- €
Depósitos de Garantias e Cauções	366 922,74 €	441 459,64 €
Total de Caixa e Depósitos	1 586 646,74 €	1 170 239,39 €

QUADRO 1 – DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

No final do exercício de 2021, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, são os seguintes:

Designação	31 de dezembro 2021
- Execução Orçamental	1 218 890,51 €
- Operações de Tesouraria	367 756,23 €
Saldo da Gerência	1 586 646,74 €

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e são expressas em Euros, já que, esta é a moeda funcional.

Tais documentos foram preparados no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP. Sendo que, estas apresentam de forma apropriada a posição financeira o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município.

As Demonstrações Financeiras foram realizadas numa política de continuidade, de maneira a que, com a informação disponível e tendo a expectativa futura na qual o Município continuará a operar, assumindo que não há intenção e necessidade, de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações.

. Ativos Fixos Tangíveis e Propriedade de Investimento

No caso dos Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, estes foram mensurados pelo seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzindo as depreciações acumuladas.

Em relação às depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de linha reta ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2).

Quando existem Ativos Fixos Tangíveis em Curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento-utilização. Os mesmos passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos Ativos Fixos Tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração de resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

Face às Propriedades de Investimentos o Município contabiliza nesta categoria os terrenos e edifícios (ou parte deles), detidos para a obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As Propriedades de Investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo de custo, ou seja, o custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das Propriedades de Investimento são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Nesta classe registam-se, essencialmente, as licenças de software, os programas de computador e as marcas e patentes.

Um Ativo Intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um Ativo Intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, é calculada numa base duodecimal, que começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Também para os Ativos Intangíveis, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que, não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta ou quotas constantes.

. Participações Financeiras

No caso das Participações Financeiras estão mensuradas pelo seu **custo de aquisição**, à exceção da **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA**, a qual está mensurada ao **Método de Equivalência Patrimonial**.

O Município da Lousã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que *“devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município ...”*.

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município da Lousã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

Desta forma, e face ao referido, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Lousã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação, que de acordo com o exposto será a **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA**.

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre a entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Controlo	Tipo de Participação	NCP Aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem Influência Significativa	Outras Entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo Valor

Para efeitos de consolidação de contas do Município da Lousã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o **método de equivalência patrimonial**. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística. E este normativo em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado aos 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como as obras para as quais a APIN recebeu as transferências não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação. No exercício de 2020, foi somente tido em consideração o descrito no Sistema de Normalização Contabilística, por isso, em 2021 já se acutelou esta questão.

Desta forma o lançamento de ajustamento seria o seguinte:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios
Capital Obtidas com Condições

10 029 773,40

5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de
ativos depreciables/amortizáveis

10 029 773,40

Assim, após o lançamento de ajustamento antes de consolidação é possível obter os seguintes valores:

Capital Próprio da APIN				
Rubricas	Balanco 31/12/2021	Rubricas a considerar	Observações	Proporcional da participação (18,39%)
Capital realizado	1 100 000,00	1 100 000,00		202 290,00
Ações próprias	0,00	0,00		0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00		0,00
Prémios de Emissão	0,00	0,00		0,00
Reservas legais	10 863,28	10 863,28		1 997,76
Outras Reservas	0,00	0,00		0,00
Resultados Transitados	487 286,61	487 286,61		89 612,01
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00		0,00
Outras Variações no Capital Próprio	10 029 773,40	0,00		0,00
Resultado Líquido do Período	-2 160 138,79	-2 160 138,79		-397 249,52
	9 467 784,50	-561 988,90		

No exercício de 2021, face aos movimentos que devemos considerar devemos salientar o seguinte:

- Face à constituição de Reservas Legais efetuada pela APIN no montante de 5,00% do Resultado Líquido positivo de 2020, que na proporção da participação do Município da Lousã é de 1.997,76€ e ao restante valor do Resultado Líquido de 37.957,38€ e, atendendo ao remanescente dos Resultados Transitados da APIN onde se consubstancia o Resultado Líquido do Exercício de 2019 e onde se inclui uma correção de estimativa de acréscimo de rendimentos de 2020 efetuada nos Resultados Transitados em janeiro de 2021, na proporção da participação no Município da Lousã, há a movimentação das seguintes contas: **5712 – Ajustamentos em Ativos Financeiros – Relacionados com o MEP – Lucros não Distribuídos**, pelo montante de 1.997,76€ e de 37.957,38€ perfazendo o Resultado Líquido do Exercício de 2020, e a **5713 – Ajustamentos em Ativos Financeiros – Relacionados com o MEP – Decorrentes de Outras Variações nos Capitais Próprios das Participadas**, no montante de -15.566,39€ do Resultado Líquido do exercício de 2019 e, no valor de 67.221,02€

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

relativa à supra mencionada correção de estimativa efetuada pela APIN, em contrapartida da conta 414 – Investimentos Financeiros para ajustar o valor da participada em causa.

Desta forma, estes valores correspondem aos valores constantes no balanço da participada ajustados à participação de 18,39% que o Município da Louçã detém.

Outro movimento a ser efetuado é o que diz respeito ao Resultado Líquido do Exercício de 2021, no qual tem implicação na conta **412 – Investimentos Financeiros**, em contrapartida da **conta 6852 – Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial**, pelo valor do Resultado Líquido do exercício de 2021.

Da análise ao valor de acordo com a percentagem detida, este valor seria de -397.429,52€. No entanto, o movimento só poderá ser feito pela diferença que está refletida na conta 412 – Investimentos Financeiros correspondente à valorização da entidade APIN que será somente de -293.899,77€, em contrapartida da conta 6852 – Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Mas de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o “Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais”, o valor da participada apesar deste movimento fica sempre assegurada por força do seu artigo 40º, na medida em que, de acordo com o n.º 1: *“as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados”*, o seu n.º 2: *“sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”* e, o n.º 3: *“os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social”*. Assim, por força da lei, os municípios têm de realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, sendo que, no exercício seguinte na classe 5 - Capital Próprio da entidade estará refletido o valor da transferência efetuada tendo implicação na nossa 412 – Investimentos Financeiros através da consolidação de contas.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

No final do mês de maio de 2022, o Município da Lousã efetuou a transferência financeira devida pelos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, no valor de 464.539,13€.

Resumidamente, o descrito anteriormente traduz-se nos seguintes movimentos:

412 - Investimentos Financeiros	
Si)	202 290,00
	1 997,76
	89 612,01
	293 899,77
	Lançamento) 2021
6852 - Aplicação do método da equivalência patrimonial	
Lançamento) 2021	293 899,77
5712 - Ajustamentos em Ativos Financeiros - Relacionados com o MEP - Lucros não Distribuídos	
	1 997,76 (Reservas Legais)
	37957,38 (Resultado Líquido Positivo 2020)
5713 - Ajustamentos em Ativos Financeiros - Relacionados com o MEP - Decorrentes de Outras Variações nos Capitais Próprios das Participadas	
	-15 566,39 (Resultado Líquido 2019)
	67 221,02 (Correção de estimativas efetuada em janeiro de 2021 nos Resultados Transitados da Participada)

. Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, no valor que se vence até 12 meses, e em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além dos 12 meses.

No caso de ter havido juros, em 2021, de empréstimo de Médio e Longo Prazo para Investimentos, foram capitalizados uma vez que se tratou de empréstimos para financiar a aquisição, construção ou produção de ativos, nomeadamente, a Requalificação da Rua do Comércio e Rua General Humberto Delgado/ Largo Alexandre Herculano/Rua da Graça/Rua dos Combatentes da Grande Guerra; a Requalificação da Praça Luís de Camões e a Rua Dr. Henrique de Figueiredo e a Requalificação do Cine – Teatro da Lousã.

No ano de 2021, o valor dos juros capitalizados foi de 2.330,03€.

. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

O sistema de inventário adotado é o Sistema Permanente e as saídas mensuradas aos Custo Médio Ponderado.

. Transferências e Subsídios

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua obtenção.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo como diferimentos, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Durante o exercício de 2021, os subsídios e transferências que estavam contabilizados na conta 2822 - Transferências e subsídios de capital obtidos com condições, cujas obras foram dadas como concluídas, as respetivas verbas foram transferidas para a conta 5931 - Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables, visto que, estão em condições de ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários à proporcionalidade dos gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Com o SNC-AP o Fundo de Equilíbrio Financeiro componente Capital e a verba recebida por conta do Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, passaram a ser classificados como Outras Transferências e Subsídios de Capital, na conta 5939.

Sempre que se configurar possível a afetação (imputação) das verbas recebidas por conta do FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que, forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

No exercício de 2021 a imputação foi a seguinte:

Balancete Acumulado Entre Datas					Analítico	
Câmara Municipal da Lousã						
Da Data 01/01/2021 à data 31/12/2021					Ano: 2021	
Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito	
59391	Administrações Públicas	689 226,04	1 963 972,52	0,00	1 274 746,48	
593911	Estado	689 226,04	1 963 972,52	0,00	1 274 746,48	
5939111	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	489 321,95	1 413 876,55	0,00	924 554,60	
59391110001	FEF Recebido	484 459,00	484 459,00	0,00	0,00	
59391110002	FEF Imputado	4 862,95	929 417,55	0,00	924 554,60	
59391110002001	Reconstrução do Centro de Acolhimento Animal - 2020	1 626,45	81 186,92	0,00	79 560,47	
59391110002002	Upgrade de Unidade de Equipamento Informático - 2020	2 495,67	12 270,38	0,00	9 774,71	
59391110002003	Pintura Exterior do Museu Lousã Henriques (GR) - 2020	515,28	18 507,06	0,00	17 991,78	
59391110002004	Reparações Rodoviárias vários Arruamentos do Concelh	0,00	332 994,19	0,00	332 994,19	
59391110002005	Requalificação da Escola Secundária-2021	0,00	220 215,00	0,00	220 215,00	
59391110002006	Construção de Muro em Gabiões - EM 555- Vale Maceir	0,00	72 943,09	0,00	72 943,09	
59391110002007	Modernização Praia Fluvial da Sr. Graça - Aqualousã - 2	178,44	79 225,67	0,00	79 047,23	
59391110002008	Ampliação do Centro de Acolhimento Animal - 2021	0,00	75 738,75	0,00	75 738,75	
59391110002009	Qualificação do Jardim de Infância do Freixo - 2021	0,00	25 594,32	0,00	25 594,32	
59391110002010	Revisão de Preços - Requalificação e Acessibilização Sr	47,11	10 742,17	0,00	10 695,06	
5939112	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	199 904,09	550 095,97	0,00	350 191,88	
59391120001	Artigo 35º Recebido	191 582,00	191 582,00	0,00	0,00	
59391120002	Artigo 35º Imputado	8 322,09	358 513,97	0,00	350 191,88	
59391120002001	Beneficiação e Ampliação do Pavilhão N.º 2 - 2020	1 966,98	102 119,12	0,00	100 152,14	
59391120002002	Reconstrução Conduta Adutora de Água S. Graça - Serp	181,79	9 089,50	0,00	8 907,71	
59391120002003	Acessibilidades Rua Morada do Afonso - 2020	611,54	7 899,04	0,00	7 287,50	
59391120002004	Trabalhos Acessibilidade Arruamentos Morada Afonso	1 222,91	15 795,97	0,00	14 573,06	
59391120002005	Intervenções no Estacionamento Talasnal e Inter. Colect	781,66	11 572,61	0,00	10 790,95	
59391120002006	Diversas Intervenções de Saneamento Foz de Arouce - :	243,32	9 858,76	0,00	9 615,44	
59391120002007	Pavimentação de Arruamentos em Prilhão - 2020	509,62	6 582,53	0,00	6 072,91	
59391120002008	Reparação da Estrada Junto à Catraia EN236 - 2020	310,80	4 014,44	0,00	3 703,64	
59391120002009	Aquisição Viatura Bombeiros FAC. CAC21/28/2021 - Cor	1 987,50	95 400,00	0,00	93 412,50	
59391120002010	Aquisição Viatura Bombeiro FAC 30000575/2021 - Conc	494,04	23 714,01	0,00	23 219,97	
59391120002011	Construção de Ossário no Cemitério da Lousã - 2021	11,93	6 868,80	0,00	6 856,87	
59391120002012	Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos	0,00	65 599,19	0,00	65 599,19	
Totais :		689 226,04	1 963 972,52	0,00	1 274 746,48	
Totais Gerais:		689 226,04	1 963 972,52	0,00	1 274 746,48	

A distribuição dos valores de 2021, foi repartida pelos investimentos nos quais têm no descritivo o ano de 2021, na medida em que, os que contém na descrição ano de 2020, são os ativos que foram imputados ao FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, recebido no exercício de 2020.

3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

O Município da Lousã tem em uso 822 bens totalmente amortizados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Existe 1 bem inventariado e não valorizados (bens valorizados a zero) cuja ficha está disponível para consulta no Município.

No exercício de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Câmara Municipal da Lousã

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	651 041,06	561 721,79	0,00	89 319,27	664 581,31	634 795,47	0,00	29 785,84
Propriedade industrial e intelectual	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16
Outros	91 137,61	91 137,61	0,00	0,00	91 137,61	91 137,61	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2 260 388,19	2 170 945,76	0,00	89 442,43	2 273 926,44	2 244 019,44	0,00	29 909,00

QUADRO 3.1 – ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Câmara Municipal da Lousã

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	89 319,27	13 540,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-73 073,68	29 785,84
Propriedade industrial e intelectual	123,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,16
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	89 442,43	13 540,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-73 073,68	29 909,00

QUADRO 3.2 – ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Câmara Municipal da Lousã

Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	13 540,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 540,25
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	13 540,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 540,25

QUADRO 3.2 A) – ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Câmara Municipal da Lousã

Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 3.2 B) – ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedentes

No seguinte quadro encontra-se descrito o contrato de concessão com a EDP, não havendo lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor de Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município da Lousã	EDP Distribuição - Energia, SA	Via pública na área do Município de Lousã	20-07-2001 a 20/07/2021	Renda de Conção calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

QUADRO 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CEDENTE

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Todos os bens elencados no quadro seguinte, representam o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, estes encontram-se valorizados pelo seu custo. O gasto de depreciação destes ativos inicia-se quando o bem fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes ou linha reta para calcular as depreciações.

O Município da Lousã tem em uso 20.463 bens totalmente depreciados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Existem 4.954 bens inventariados e não valorizados (bens valorizados a zero) cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Câmara Municipal da Lousã

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	AFT11	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	AFT12	622 773,00	161 636,23	0,00	461 136,77	629 641,80	167 452,07	0,00	462 189,73
Infraestruturas	AFT13	58 721 236,99	42 275 139,33	0,00	16 446 097,66	60 715 569,07	32 879 908,85	0,00	27 835 660,22
Património histórico, artístico e cultural	AFT14	174 230,10	14 526,69	0,00	159 703,41	174 230,10	14 669,61	0,00	159 560,49
Outros	AFT15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	AFT38	2 034 211,11	0,00	0,00	2 034 211,11	574 007,52	0,00	0,00	574 007,52
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	AFT21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	AFT22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	AFT23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	AFT24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	AFT28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	AFT31	11 076 233,61	0,00	0,00	11 076 233,61	7 559 788,73	211,51	0,00	7 559 577,22
Edifícios e outras construções	AFT32	24 804 965,53	4 796 102,90	0,00	20 008 862,63	24 966 653,24	5 316 936,69	0,00	19 649 716,55
Equipamento básico	AFT33	4 375 883,74	3 807 628,26	0,00	568 255,48	4 551 662,38	3 949 533,91	0,00	602 128,47
Equipamento de transporte	AFT34	2 858 295,87	2 122 282,77	0,00	736 013,10	2 950 736,78	2 254 308,14	0,00	696 428,64
Equipamento administrativo	AFT35	1 065 686,01	944 632,98	0,00	121 053,03	1 074 731,52	973 972,08	0,00	100 759,44
Equipamentos biológicos	AFT36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	AFT37	1 370 165,63	1 246 794,17	0,00	123 371,46	1 374 535,13	1 277 508,18	0,00	97 026,95
Ativos fixos tangíveis em curso	AFT38	357 843,71	0,00	0,00	357 843,71	880 257,52	0,00	0,00	880 257,52
Total:		107 664 492,64	55 368 743,33	0,00	52 295 749,31	105 654 781,13	46 834 501,04	0,00	58 820 280,09

QUADRO 5.1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIÁÇÕES DAS DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Câmara Municipal da Lousã

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	202 967,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	461 136,77	6 888,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 915,84	0,00	462 189,73
Infraestruturas	16 446 097,66	11 822,47	1 982 509,81	0,00	0,00	0,00	9 395 230,48	0,00	27 835 660,22
Património histórico, artístico e cultural	159 703,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-142,92	0,00	159 560,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	2 034 211,11	516 482,22	-1 976 685,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574 007,52
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	11 076 233,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-211,51	-3 516 444,88	7 559 577,22
Edifícios e outras construções	20 008 862,63	149 941,21	11 746,50	0,00	0,00	0,00	-520 833,79	0,00	19 649 716,55
Equipamento básico	567 926,35	180 739,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-126 815,75	-4 960,88	616 889,24
Equipamento de transporte	736 013,10	134 879,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-132 025,37	-42 238,63	696 428,64
Equipamento administrativo	115 154,09	9 045,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 292,41	0,00	94 907,19
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	113 244,82	4 369,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-26 495,89	0,00	88 118,43
Ativos fixos tangíveis em curso	357 843,71	539 984,11	-17 570,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880 257,52
Total:	52 279 364,60	1 553 932,88	0,00	0,00	0,00	0,00	8 550 567,00	-3 563 644,39	58 820 280,09

QUADRO 5.2 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIÁÇÕES DO PERÍODO

Câmara Municipal da Lousã

Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	6 868,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 868,80
Infraestruturas	0,00	11 822,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 822,47
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	516 482,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	516 482,22
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	149 941,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 941,21
Equipamento básico	0,00	180 739,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180 739,52
Equipamento de transporte	0,00	134 679,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134 679,54
Equipamento administrativo	0,00	9 045,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 045,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4 369,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 369,50
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	539 984,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 984,11
Total:	0,00	1 553 932,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 553 932,88

QUADRO 5.2 A) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Câmara Municipal da Lousã

Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 516 444,88	-3 516 444,88
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	-4 960,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 960,88
Equipamento de transporte	-42 238,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-42 238,63
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	-47 199,51	0,00	0,00	0,00	-3 516 444,88	-3 563 644,39

QUADRO 5.2 B) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES

6 – Locações

O Município da Lousã tem dois contratos de Locação Financeira:

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Prédio Rústico sito Fregesia de Lousã Vilarinho	380 646,27 €	21 489,91 €	0,00 €	348 934,51 €	0,00 €	31 711,76 €	0,00 €	0,00 €	31 711,76 €	0,00 €
Aquisição de Duas Viaturas Modelo ZOE 50R 135	65 913,24 €	15 972,51 €	0,00 €	17 338,78 €	0,00 €	16 107,87 €	32 466,59 €	0,00 €	48 574,46 €	0,00 €
Total	446 559,51 €	37 462,42 €	0,00 €	366 273,29 €	0,00 €	47 819,63 €	32 466,59 €	0,00 €	80 286,22 €	0,00 €

QUADRO 6.1 – LOCAÇÕES FINANCEIRAS - LOCATÁRIO

7 – Custo de Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos, no exercício de 2021, foram os seguintes:

Empréstimos Obtidos - Empréstimos Bancários

Ano: 2021

Período: Prestação Contas

Câmara Municipal da Louçã

Entidade	Data do contrato	Data do Visto TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos Vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Investimento (financiamento de projectos comparticipados por fundos comunitários) - Banco Santander Totta S.A	20/10/2001	31/10/2001	252	922 776,11 €	917 676,18 €	4,73	0,13	874 697,39 €	42 379,68 €	917 077,07 €	42 978,79 €	6,68 €	42 985,47 €	0	42 978,76 €	- €
Beneficiação da Rede de Esgotos da zona Este do Concelho e construção do Núcleo Sede do Ecomuseu da Serra da Louçã - Núcleo Sede - Banco BPI, SA	21/04/2003	19/05/2003	239	424 500,00 €	424 500,00 €	3,37	0,327	343 459,06 €	32 675,33 €	376 134,39 €	26 910,76 €	287,48 €	27 198,24 €	0	81 060,94 €	54 130,18 €
Investimentos Municipais - Banco BPI, SA	10/05/2004	01/06/2004	253	464 000,00 €	464 000,00 €	2,79	0,112	362 668,11 €	32 434,60 €	395 082,71 €	28 913,28 €	105,90 €	29 017,18 €	0	101 331,89 €	72 420,61 €
Investimentos efectuados no Concelho - CGD - Louçã	15/07/2002	05/12/2002	239	250 000,00 €	250 000,00 €	4,5	0,737	216 915,81 €	22 275,48 €	239 191,29 €	16 480,98 €	188,82 €	16 669,80 €	0	33 084,19 €	16 603,21 €
Ecomuseu da Serra da Louçã - CGD - Louçã	15/09/2003	06/10/2003	245	80 000,00 €	80 000,00 €	2,99	0,273	64 710,16 €	6 395,24 €	71 105,40 €	5 080,17 €	45,85 €	5 126,02 €	0	15 289,84 €	10 209,67 €
Infraestr. Alg. Candil "1ª e 2ª Fase", Rede Drenagem Águas Resid. Dom. e Pav. de Circulação; Infraestr. da Ald. Talassal "1ª, 2ª e 3ª Fase", Rede Abast. Água Sanamento, Electricidade, Telecomunicações - CGD - Louçã	01/04/2005	04/05/2005	239	500 000,00 €	500 000,00 €	2,57	0	364 213,56 €	27 963,76 €	392 177,32 €	30 174,76 €	- €	30 174,76 €	0	135 786,44 €	105 611,68 €
Beneficiação da Rede de Águas Louçã, Capital S. Águas Mondrigo, Beneficiação da Rede de Esgotos e Estar Zona Sul - CGD - Louçã	05/07/2006	12/07/2006	239	600 000,00 €	600 000,00 €	3,33	0	390 343,74 €	30 313,57 €	420 657,31 €	34 942,71 €	- €	34 942,71 €	0	209 056,26 €	174 713,55 €
Investimentos contemplados no PFI - Banco BBVA	17/09/2007	25/10/2007	191	2 500 000,00 €	2 500 000,00 €	4,38	0	1 999 999,92 €	300 370,71 €	2 300 370,63 €	166 666,66 €	- €	166 666,66 €	0	500 000,00 €	333 333,42 €
Programa de Apoio à Economia Local - D. Gaspar e Fleanças	16/11/2012	13/02/2013	167	880 772,03 €	880 772,03 €	2,61	2,61	499 104,20 €	128 095,16 €	627 199,36 €	63 613,32 €	9 618,56 €	73 229,88 €	0	381 667,83 €	318 056,51 €
Financiamento parcial Projeto QREN-CENTRO-03-0166-FEDER-009003 - Construção EB Louçã 14,2ª e 3ª ciclos - IFDR - I F p o D Regional	13/01/2012	02/10/2013	117	136 608,24 €	136 608,24 €	3,91	3,91	111 608,59 €	27 104,01 €	138 712,60 €	25 000,05 €	726,77 €	25 727,42 €	0	25 000,05 €	- €
QREN - POVT-12-0154-FCEIS-000059 - Rede de Águas Residuais do Concelho da Louçã - 3ª Fase - IFDR - I F p o D Regional	26/03/2014	18/08/2014	101	115 000,00 €	115 000,00 €	3,91	3,91	78 943,19 €	18 335,54 €	97 278,73 €	17 683,49 €	1 223,95 €	18 907,44 €	0	36 056,81 €	18 373,32 €
Financiamento ao investimento para aquisição e requalificação do imóvel "Centro Logístico Municipal" - Banco Santander Totta S.A	21/01/2020	13/02/2020	085	270 000,00 €	270 000,00 €	1,37	1,37	231 426,40 €	15 668,46 €	247 094,86 €	38 571,60 €	317,37 €	38 888,97 €	0	38 571,60 €	- €
6630791 - Requalificação do Cine-Teatro da Louçã - CGD - Louçã	10/03/2020	30/04/2020	240	2 100 000,00 €	604 245,97 €	0,65	0,65	- €	305,18 €	305,18 €	- €	2 330,03 €	2 330,03 €	0	221 326,79 €	604 245,97 €
BEI CENTRO-07-2316-FEDER-000248_04645 - Requalificação da Praça Cândido dos Reis - Agência para o D Coeúdo	10/03/2020	30/04/2020	180	30 584,71 €	23 333,33 €	0,09	0	- €	9,92 €	9,92 €	833,33 €	- €	833,33 €	0	23 333,33 €	22 500,00 €
BEI CENTRO-07-23-16-FEDER-000251_04653 - Requalificação da Praça De Luis de Camões e Rua Dr. Henrique de Figueredo - Agência para o D Coeúdo	06/03/2020	30/04/2020	180	98 916,40 €	98 916,40 €	0,09	0	- €	34,61 €	34,61 €	3 532,73 €	- €	3 532,73 €	0	98 916,40 €	95 383,67 €
Centro-07-2316-FEDER-000248_4604 Requalificação da Rua do Comércio e Rua General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/Rua dos Combatentes da Grande Guerra" - Agência para o D Coeúdo	10/03/2020	30/04/2020	180	131 830,42 €	87 886,94 €	0	0	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0	87 886,94 €	87 886,94 €
Requalificação da Avenida São Silvestre e Rua Prof. António Barreto de Almeida CENTRO-07-2316-FEDER-000252_04674 - Agência para o D Coeúdo	15/06/2020	04/11/2020	180	200 000,00 €	133 333,34 €	0	0	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0	133 333,34 €	133 333,34 €
				9 704 988,91 €	8 086 273,43 €			5 538 092,13 €	484 331,25 €	6 022 423,38 €	501 379,23 €	14 851,41 €	516 230,64 €	- €	2 185 262,01 €	2 046 802,07 €

QUADRO 7 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

8 – Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimentos são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O Município da Lousã tem como propriedades de investimento, nomeadamente, terrenos na Zona Empresarial e, um edifício na praia fluvial da Nossa Senhora da Piedade, sendo as quantias escrituradas e as variações no período em análise são as seguintes:

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas Imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	10 024,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 024,39
Edifícios e outras construções	79 913,23	0,00	0,00	-986,58	0,00	0,00	0,00	78 926,65
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	89 937,62	0,00	0,00	-986,58	0,00	0,00	0,00	88 951,04

QUADRO 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, oisão, ...	Outras	
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 8.1 A) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO ADIÇÕES

Modelo do Custo

Câmara Municipal da Lousã

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 8.1 B) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO DIMINUIÇÕES

9 – Imparidades de Ativos

No caso das Imparidades de Ativos, o Município da Lousã registou Imparidades para Clientes acumuladas de 266.681,94€, correspondendo ao saldo da conta 219 – Perdas por Imparidade Acumuladas, tendo sido efetuado um reforço, no exercício de 2021, de 9.442,49€ e efetuou uma reversão da mesma, no valor de 183,80€, na medida em que, durante o ano de 2021 existiram estes pagamentos por parte dos clientes, contribuintes e utentes.

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	687 730,86	0,00	0,00	687 730,86
Clientes, contribuintes e utentes	314 744,03	266 835,74	183,80	48 092,09
Fornecedores	391 277,09	0,00	0,00	391 277,09
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	1 948 519,49	0,00	0,00	1 948 519,49
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	143 534,98	0,00	0,00	143 534,98
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	1 204 470,46	0,00	0,00	1 204 470,46
Propriedades de investimento	88 951,04	0,00	0,00	88 951,04
Ativos fixos tangíveis	57 366 015,05	0,00	0,00	57 366 015,05
Ativos intangíveis	29 909,00	0,00	0,00	29 909,00
Investimentos em curso	1 454 265,04	0,00	0,00	1 454 265,04
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	63 629 417,04	266 835,74	183,80	63 362 765,10

QUADRO 9 – IMPARIDADES DE ATIVOS

10 – Inventários

Em relação aos Inventários as divulgações são a informação da conta inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	143 534,98 €	- €	143 534,98 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	143 534,98 €	- €	143 534,98 €

QUADRO 10.1 – INVENTÁRIOS

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final	
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)		(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	171 610,14 €	184 015,14 €	211 753,15 €	- €	- €	- €	6 442,37 €	6 105,22 €	143 534,98 €	
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
TOTAL	171 610,14 €	184 015,14 €	211 753,15 €	- €	- €	- €	6 442,37 €	6 105,22 €	143 534,98 €	

QUADRO 10.2 – INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

11 – Agricultura

Não aplicável.

12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade. Em relação às notas, estas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

Desta forma, o detalhe dos rendimentos com contraprestação é o seguinte:

Câmara Municipal da Lousã

2021

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2021

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	149 765,90	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	15 241,80	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Vendas					
711	Mercadorias	242,25	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
7203	Serviços específicos das autarquias locais	231 600,42	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	15 452,71	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
784	Ganhos em inventários	6 105,27	0,00	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	942 209,08	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	206 718,79	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	140 183,19	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31,13	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1 707 550,54	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO 2021

14 – Rendimento de Transações sem Contraprestação

No caso das transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos tratam-se de benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às Administrações Públicas. As Transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam, impostos.

O detalhe dos rendimentos sem contraprestação, durante o ano de 2021, é o seguinte:

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2021

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701 Impostos Diretos					
70103 Derrama	511 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70105 Imposto municipal sobre imóveis	2 096 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	437 066,82	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	527 278,40	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111 Estado	5 856 729,17	0,00	0,00	0,00	0,00
75112 Serviços e Fundos Autónomos	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75119 Outras entidades	1 614,31	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Resto do Mundo	79 380,52	0,00	0,00	0,00	0,00
752 Subsídios correntes	123 041,86	0,00	0,00	0,00	0,00
76 Reversões					
762 De perdas por imparidade	183,80	0,00	0,00	0,00	0,00
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	815 113,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	10 452 808,87	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO 2021

15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No caso das **Provisões** são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes disposições:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Face aos vários processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município da Lousã, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, mantém-se a provisão para outros riscos e encargos para o valor 64.473,84€ (PROC.N 208 ...), o que se prevê que seja o limite máximo para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco elevado de ocorrerem decisões desfavoráveis para o Município da Lousã.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	64 473,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	64 473,84 €
Processos judiciais em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	64 473,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	64 473,84 €

QUADRO 15 – PROVISÕES

No caso dos **Passivos Contingentes** que são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

No caso do Município da Louçã, relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes. Neste caso, citamos os processos PROC. N.º 290/15.4 (...) e o PROC. N.º 331/21.6 (...) os quais são processos a decorrer, no entanto, não são suscetíveis de avaliação pecuniária.

Os **Ativos Contingentes** são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade. No caso do Município da Louçã, nada há a divulgar.

16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 – Acontecimentos após a data de relato

Após a data de 31 de dezembro de 2021, existem acontecimentos que devem ser mencionados devido ao impacto que irão ter nas demonstrações financeiras do ano subsequente, e que ocorreram até aprovação da Prestação de Contas de 2021, tais como:

- No final do mês de maio de 2022, o Município da Lousã efetuou a transferência financeira devida pelos Resultados apresentados pela APIN – Empresa Intermunicipal de ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, no valor de 464.539,13€.

- Concretização da Transferência de Competências na Área da Educação e da Saúde:

Em 31 de março de 2022, concretizou-se a transferência de competências para os órgãos dos municípios no domínio da Educação.

Check Point Threat Extraction secured this document

[Get Origin](#)

DGAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

NOTA INFORMATIVA

Transferência de competências nas áreas da Educação e da Saúde

1. Educação

A transferência de competências para os órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais no domínio da educação opera *ope legis* em 31 de março de 2022, i.e., sem dependência de qualquer formalidade adicional, nos termos previstos no artigo 76.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

3. Caráter definitivo da transferência

Por último, assinala-se que a transferência de competências tem caráter definitivo, de acordo com o disposto no artigo 114.º do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

DGAL 18/3/2022

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

Assim, com esta concretização advêm encargos que passarão a ter impacto nos exercícios seguintes que poderão dificultar a gestão municipal, nomeadamente, ao nível das despesas com o pessoal não docente transferidos do Ministério da Educação, da construção, apetrechamento, manutenção, beneficiação e gestão dos estabelecimentos escolares, e da ação social escolar, dado que se perspetiva pelos dados disponíveis que as verbas a serem transferidas para o município não serão suficientes para cobrir todas as despesas, designadamente, as de natureza corrente.

Também relativamente à saúde, deveria ter sido concretizada a transferência de competências a partir de 1 de abril de 2022, no entanto, tal transferência apenas será efetiva após celebração, entre as partes, do auto de transferência, cujo teor, presentemente, ainda não merece concordância por parte do Município, mas que se prevê que seja concretizado durante o presente ano.

Na saúde, a transferência de competências abrange a construção, manutenção, conservação e equipamento (exceto os equipamentos médicos) de unidades de prestação de cuidados de saúde primários, acautelar o apoio logístico da atividade destas unidades, que inclui a transferência de viaturas e a transferência de pessoal da carreira de assistente operacional.

- Conjuntura atual da Economia:

No período mediado entre o fim do exercício de 2021 e a aprovação da Prestação de Contas, há a registar um conjunto de situações que irão ter forte impacto na gestão municipal em 2022, tais como:

- Aumento da inflação, fazendo com que os preços registem elevados aumentos;
- Uma crise energética;
- O aumento das taxas de juro, que farão com que haja um maior dispêndio com os encargos com juros dos empréstimos contratualizados;
- A Guerra na Ucrânia que terá um impacto nefasto na economia internacional e economia nacional.

Todas estas situações irão provocar um elevado acréscimo de dificuldade da gestão municipal, na medida em que, a gestão da despesa corrente já apresentava algum grau de complexidade, com estas situações será extremamente difícil pelos elevados aumentos nos preços, nomeadamente, da

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2021

energia, do gás, e de todas as aquisições que o município tem de efetuar que farão com que o município possa não ter receitas correntes para as financiar.

Ao nível da despesa de capital, a volatilidade dos preços das matérias primas, da energia e dos combustíveis, trará de uma forma mais acentuada um acréscimo significativo no custo das empreitadas já iniciadas e nas que se pretendem iniciar.

- Termo da suspensão da Regra do Equilíbrio Corrente e da Margem Variável ao Endividamento:

Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, de 2020, os municípios poderiam ultrapassarem o limite da dívida em resultado de despesas relacionadas com medidas de resposta à COVID-19. Segundo a lei, estas despesas não relevam igualmente para efeitos de redução do excesso de endividamento ou utilização da margem em 2020 (situação posteriormente estendida para 2021 na redação dada pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro). Foi também suspensa a aplicação do limite anual de 20,00% relativo à margem de endividamento existente no caso dos municípios que cumpram o limite de dívida fixado no n.º 1 do artigo 52.º do RFALEI, suspensão esta prevista para os anos de 2020 e 2021 (cf. n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto).

Em relação a estas questões, o período de suspensão foi somente para 2020 e 2021, não havendo até à data nenhuma legislação que incida sobre estas matérias, será para aplicar em 2022, os limites aplicados até 2019.

Face ao cumprimento do Equilíbrio Orçamental, no ano de 2020 e 2021, foi suspensa a aplicação da regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, e Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro). Desta forma, no ano de 2022 volta a vigorar a Regra do Equilíbrio Orçamental e com os acontecimentos já verificados em 2022 irá ser extremamente difícil aplicá-la.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, foram autorizadas para emissão em 14 de abril de 2022, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

18 – Instrumentos Financeiros

A NCP 18 contém as orientações para o reconhecimento e mensuração de todos os ativos e passivos financeiros, dos quais os instrumentos financeiros são uma parte. Neste, sentido, as respetivas divulgações atendem a esta consideração. Assim, neste ponto a entidade deve divulgar, em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ativos Financeiros

Conforme o parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme os parágrafos 11 e 12 respetivamente.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo aquisição a)	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo aquisição	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €

Nota: No caso do Município da Louçã, os ativos financeiros foram mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo de aquisição.

QUADRO 18.1 – ATIVOS FINANCEIROS

Passivos Financeiros

Em relação aos Passivos Financeiros, nada há a divulgar.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Passivos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

QUADRO 18.2 – PASSIVOS FINANCEIROS

19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável.

20 – Divulgações de Partes Relacionadas

Neste ponto devem ser identificadas quais as entidades controladas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas.

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230 - 347	-	18,39%	18,39%

QUADRO 20.1 – ENTIDADES PARTICIPADAS

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo final do Período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Participada com Controlo Indirecto	Transferências e Subsídios Concedidos	400 846,98 €	18,85%	0,00 €
		Fornecimentos e Serviços Externos	193 662,41 €	5,32%	9 871,73 €

QUADRO 20.2 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

21 – Relato por Segmentos

Não aplicável.

22 – Interesses em Outras entidades

Não Aplicável.

23 - Outras Divulgações

O exercício de 2021 é o segundo ano no qual os Municípios estão a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o que possibilita uma comparabilidade entre exercícios que não se verificou no exercício de 2020, na medida em que, no exercício de 2020 e comparando com os valores de 2019, não pode ser apresentada a comparabilidade de uma forma integral. No entanto, foi feita a sua divulgação de forma transparente e que fosse possível efetuar a sua compreensão adequada da atividade exercida.

Assim, a comparabilidade entre os anos de 2020 e 2021, já se pode efetuar de forma direta, visto, se tratar do mesmo normativo contabilístico.

- a) No caso dos **Rendimentos e Ganhos**, os valores recebidos no exercício de 2021 e em 2020 foram os seguintes:

Rendimentos e Ganhos		2021	2020
70	Impostos, contribuições e taxas	3 736 752,92	3 468 153,59
71	Vendas	242,25	67 063,26
72	Prestações de serviços e concessões	247 053,13	253 181,28
75	Transferências e subsídios obtidos	6 065 765,86	5 620 204,89
76	Reversões	183,80	26 568,73
78	Outros rendimentos	2 110 330,32	1 981 187,65
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31,13	4 684,95
Total		12 160 359,41	11 421 044,35

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um acréscimo de 7,74%, face ao ano anterior. As Transferências e Subsídios Obtidos também registaram um incremento de 7,93%, tendo havido um aumento de 445.560,97€.

Os Outros Rendimentos, de 2020 para 2021, aumentaram cerca de 6,52%, já que, com a consolidação, no exercício de 2020, verificou-se um acréscimo de 39.955,14€, na conta 78 51- Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Com tendência contrária, isto é, que registaram uma diminuição de valores de 2020 para 2021, foram, nomeadamente, as Vendas; as Prestações de Serviços e Concessões; as Reversões e os Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares.

- b) Os **Gastos e Perdas** do exercício de 2020 para o de 2021, registaram a seguinte evolução:

Gastos e Perdas		2021	2020
60	Transferências e subsídios concedidos	2 125 984,69	1 841 512,64
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	211 753,15	236 737,49
62	Fornecimentos e serviços externos	3 641 884,72	3 228 886,59
63	Gastos com pessoal	3 943 624,78	4 008 810,46
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 902 707,88	3 115 711,04
65	Perdas por imparidade	9 442,49	39 955,15
68	Outros gastos	431 917,80	231 510,80
69	Gastos por juros e outros encargos	16 465,33	18 784,04
Total		13 283 780,84	12 721 908,21

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 284.472,05€, de 2020 para 2021, e nos Fornecimentos e Serviços Externos o incremento foi de 12,79%, representando um aumento de 412.998,13€.

No processo de consolidação, há a registar o acréscimo da rubrica 68 - Outros Gastos, devido ao impacto do movimento na conta 6852 – Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no ano de 2021, no valor de 293.899,77€.

Todas as restantes rubricas de Gastos e Perdas, registaram diminuições em 2021, face ao ano anterior, nomeadamente, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (-10,55%); os Gastos Com o Pessoal (-1,63%); os Gastos de Depreciações e de Amortização (-6,84%); as Perdas Por Imparidade (-76,37%), e os Gastos Por Juros e Outros Encargos (-12,34%).

c) Nas **Outras Divulgações** à semelhança do que foi descrito no exercício de 2020, há a salientar o facto que no ano de 2019, o Município da Louçã assinou um contrato de gestão delegada com a APIN, através do qual foi cedida à APIN a exploração do Sistema de Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos. Assim, enquanto não for formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de gestão delegada, o Município manterá no seu Ativo Fixo Tangível os bens cedidos.

Dos bens cedidos à APIN no período de 01-01-2021 a 31-12-2021 tinham as seguintes valorizações:

Bens Cedidos APIN	Valores a 31-12-2021		
	Infraestruturas	Equipamentos	Total
Valor Líquido	19 068 993,20 €	12 234,88 €	19 081 228,08 €